

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria do Patrimônio da União

***PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO***

PMG/SPU

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2580/OC-BR

Relatório Semestral de Progresso

2º Semestre de 2014

Brasília, abril de 2015

Sumário

1. Resumo Executivo

2. Introdução

3. Progresso na Execução do Programa
 - a. *Contexto do Programa*
 - b. *Descrição do Programa*
 - i. *Objetivos de Desenvolvimento*
 - ii. *Componentes*
 - c. *Registro das atividades executadas no período*

4. Custos do Projeto

5. Implementação do Programa
 - a. *Análise dos Fatores Críticos*
 - b. *Medidas Corretivas Adotadas*

6. Sustentabilidade
 - a. *Análise de Fatores Críticos*
 - b. *Riscos Potenciais*

7. Lições Aprendidas

8. Cumprimento das Cláusulas Contratuais



1. Resumo Executivo

1.1 Dados Básicos

País: Brasil

Nome do Projeto: Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG/SPU

Número do Projeto: BR-L-1224

Número do Empréstimo: 2580/OC-BR

Tipo de Operação: INV – Investimento

Sector: Reforma e Modernização do Estado

Categoria do Impacto Social: Nenhuma

1.2 Datas chave

Data de Aprovação pela Diretoria: 23/09/2011

Data de Assinatura do Contrato: 26/03/2012

Data de Elegibilidade: 06/09/2012

Data do Primeiro Desembolso: 13/03/2014

Data original do prazo de último desembolso: 01/03/2017

1.3 Mutuário e condições chave

Mutuário: República Federativa do Brasil

Órgão Executor: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP)

Valor do Empréstimo Aprovado: US\$ 15.000.000,00

Pari-Passu: 50,00 %

Valor da contrapartida (US\$): US\$ 15.000.000,00

Prazo de amortização: 20 anos

Valor total do projeto: US\$ 30.000.000,00

1.4 Evolução da Execução

Meses em Execução desde a efetividade do Contrato: 34 meses

Desembolsos: 01

Valor desembolsado do empréstimo (US\$): 1.650.000,00

Percentual desembolsado do empréstimo: 11,00%

Valor Executado do Empréstimo (US\$): 201.274,10

Percentual executado do Empréstimo: 1,34%

Valor executado da contrapartida (US\$): 219.386,48

Percentual executado da contrapartida: 1,46%

1.5 Equipe de projeto do Banco

Composição da equipe durante a preparação do Projeto: Claudete Camarano (ICS/CBR); Leise Estevanato (CSC/CBR), Marcos Teixeira (CSC/CBR), Marília dos Santos (CSC/CBR), Carlos Bianchini Júnior, Flávio Galvão e Raimundo Arroio (consultores) e Pedro Farias (ICF/ICS), Chefe de Equipe.

Composição atual da equipe de supervisão: Claudete Camarano, Chefe de Projeto; Marília dos Santos e Katia Sousa.

1.6 Unidade de coordenação do Projeto

Ato de criação da unidade: Portaria SPU nº 313, de 27 de outubro de 2011.

Composição da equipe base durante a preparação do Projeto: João Carlos Barboza Carneiro, Vitor Reis;

Ato de designação da equipe atual: Portaria Conjunta SPU/SPOA nº 247, de 20 de agosto de 2012.

Composição atual da UCP:

- Coordenador-Geral: Vitor Reis da Costa da Silva (servidor do MP, da carreira de Analista em Tecnologia da Informação), Portaria nº 97, de 4 de abril de 2014.
- Coordenador Administrativo-Financeiro: Hélio Costa Ferreira Júnior (servidor do MP/SPOA), Portaria nº 15, de 10 de janeiro de 2014.
- Equipe permanente: Maria de Fátima Santos Camargo (servidora do MP, da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental); Jéssica Lacerda de Sousa (secretária, profissional terceirizada); Renato Fuscaldi (servidor do MP, da carreira de Analista em Tecnologia da Informação).
- Profissionais Temporários contratados pelo processo seletivo simplificado (CESPE): Fernanda Lins Leal Uchôa de Lima e Félix Pessoa Neto.

1.7 Monitoramento e avaliação

Data deste relatório: 31/01/2015.

Data da missão de arranque: 04/05/2012.

Data para apresentação do Relatório de Término de Projeto – PCR: três meses após o prazo de último desembolso.

Data da análise de risco inicial: 17/08/2011.

Data da revisão da análise de risco: Missão de Administração do Banco em data a ser confirmada.

Prazo de entrega dos relatórios semestrais de progresso: trinta dias após o término do semestre.

Prazo para apresentação da avaliação intermediária: noventa dias após o comprometimento de 50% dos recursos do empréstimo ou na metade do período de desembolso, o que ocorrer primeiro.

Prazo para entrega da avaliação final: 30 dias após a data do último desembolso.

2. Introdução

Este relatório apresenta as atividades realizadas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG/SPU em 2014, destacando a execução havida no período de julho a dezembro, em atendimento ao disposto na cláusula 5.01(b) das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo N° 2580/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

3. Progresso na Execução do Programa

a. Contexto

O 1º semestre de 2014 iniciou-se com a mudança no quadro gestor da UCP, através da designação de novo Coordenador-Geral do Programa, o Sr. Vitor Reis da Costa da Silva (Portaria nº 97, de 4 de abril de 2014). Foi, então, feito o replanejamento das ações em curso, considerando a equipe alocada no Programa e a realidade orçamentária, priorizando aquelas com alto impacto para a efetividade do PMG-SPU.

Nesse contexto, o Programa foi organizado em projetos específicos voltados aos objetivos de cada componente, otimizando o seu planejamento e a sua execução. No 2º semestre de 2014, trabalhou-se para imprimir mais ritmo ao PMG-SPU: os principais contratos foram firmados e sua execução física iniciada.

b. Descrição do Programa

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo do programa é promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O Programa está estruturado em três componentes, que coincidem com seus objetivos específicos, quais sejam: (i) Modernizar os processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União; (ii) Gerar conhecimento para apoiar uma gestão inovadora, que potencialize o aproveitamento da função socioambiental dos ativos públicos harmonizada com a função arrecadadora e o uso compartilhado da informação patrimonial para a formulação de políticas públicas; (iii) Automatizar os processos e aperfeiçoar os sistemas de informação para apoiar a gestão do patrimônio da União.

ii. Componentes

Componente 1 - Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da união - Modernização metodológica e de procedimentos; Padronização da cartografia da SPU; Ampliação da escala de identificação; Certificação e depuração das bases existentes.

Componente 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial – Modelagem conceitual dos bens da União; Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial; Regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União; Proposta de novos modelos de negócios e estudos dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais; Estudos de metodologias de avaliação de bens públicos federais; Estratégia de racionalização da utilização de imóveis destinados à APF.

Componente 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União - Plano de Gestão da Informação Patrimonial; Atualização do Mapeamento de Processos da SPU; Desenvolvimento do sistema informatizado; Digitalização de documentos; Implantação de tecnologias de comunicação.

c. Registro das atividades executadas no período

- **Componente 1 – Produto 1: Cartografia da SPU padronizada**
- **Inventário cartográfico e Normatização dos padrões**

Para tratar da padronização da cartografia da SPU, foram realizadas reuniões com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando a orientação técnica necessária à realização do inventário da cartografia da SPU e à padronização dos metadados geoespaciais, de acordo com as prescrições da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

Conhecer, quantificar e catalogar o acervo cartográfico da Secretaria é essencial para o encaminhamento do PMG/SPU, uma vez que sua importância se estende ao atendimento de necessidades intrínsecas a diversas atividades previstas na modernização do processo de gestão cartográfica e, conseqüentemente, dos processos de gestão do Patrimônio Imobiliário da União.

Dessa forma, no 1º semestre de 2014 foi elaborado o Projeto Catalogação de Metadados Geoespaciais da SPU, com o objetivo de inventariar os dados geoespaciais existentes e as novas aquisições da Secretaria. No âmbito desse projeto, foram realizadas as seguintes atividades: padronização dos metadados geoespaciais da SPU; e levantamento aproximado do acervo cartográfico existente, para o dimensionamento de futuras contratações.

Foram feitas tratativas junto à empresa Liberiun Technologies – Sistema de Informação LTDA., contratada através do contrato administrativo nº 086/2012, para o desenvolvimento de um sistema próprio de catalogação que permitirá não somente o inventário do acervo cartográfico e a publicação de seus metadados na INDE, mas também a extração de relatórios estatísticos que atendam ao planejamento do PMG/SPU.

Analisada a possibilidade de execução do escopo deste serviço, foi aberta, no 2º semestre de 2014, a Ordem de Serviço para o desenvolvimento do Portal de Catalogação de Metadados Geoespaciais da SPU, com três módulos distintos:

1. Integração com a INDE;
2. Catalogação; e
3. Validação, homologação e publicação.

Com isso, foram realizadas reuniões técnicas para levantamento de requisitos, e entregues os artefatos da fase de Iniciação (plano de projeto, contagem estimada e glossário), representando 10% da execução total do projeto.

As fases de elaboração e construção do Módulo 1 – Integração com a INDE – foram iniciadas, bem como a fase de elaboração do Módulo 2 – Catalogação. Além disso, foi concluída a Nota Técnica para a contratação do Serviço de Catalogação de Metadados Geoespaciais e iniciada a elaboração do respectivo termo de referência.

- **Componente 1 – Produto 1: Cartografia da SPU padronizada**
- **Implantação de Banco de Dados Geográficos (BDG)**

Para realizar o desenvolvimento e implantação do Banco de Dados Geográficos (BDG), foi celebrado o Termo de Cooperação nº 40/2013, de 27 de dezembro de 2013. Tal parceria está prevista no Contrato de Empréstimo nº 2580/OC-BR, e tem como um de seus produtos a padronização da Cartografia da SPU em um banco de dados unificado, que servirá como base para o futuro desenvolvimento do Sistema de Gestão do Patrimônio da União.

No primeiro semestre de 2014, foi realizada a descentralização de crédito, conforme previsto no respectivo termo, com recursos destinados à contratação de pessoal (mão de obra temporária), à preparação de uma sala para a equipe do projeto, e à aquisição de equipamentos e programas para a execução do projeto.

Instituiu-se o Comitê Gestor, responsável por acompanhar as atividades do projeto, e o Comitê Executivo, responsável pelas decisões técnicas, ambos compostos por membros da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e da Diretoria de Obras Militares (DOM) do Exército Brasileiro (EB).

Foi homologado o processo seletivo de contratação de mão de obra temporária; disponibilizado o espaço físico para a alocação da equipe; elaborado o planejamento da reforma da sala e da aquisição do mobiliário, e preparados os documentos necessários à aquisição da infraestrutura de tecnologia da informação que suportará o BDG.

Criou-se, ainda, um repositório para o armazenamento da cartografia digital existente na SPU, com o objetivo de reunir todo o acervo cartográfico digital para posterior conversão e alimentação do banco de dados geoespaciais da Secretaria.

No segundo semestre de 2014, foram entregues os equipamentos e os mobiliários necessários; foi instalada a infraestrutura física de rede (fibra ótica e servidores); e foram convocados 19 profissionais aprovados no processo seletivo de mão de obra temporária do Exército. O projeto foi apresentado formalmente à equipe contratada durante a semana de ambientação, onde foram apontados os produtos e resultados esperados, bem como a contextualização do projeto no âmbito do PMG-SPU.

A primeira atividade dessa equipe, após a ambientação, foi a comprovação dos conceitos adquiridos acerca do negócio da SPU, necessários ao atendimento dos objetivos do projeto. Essa comprovação se deu por meio da elaboração de uma prova de conceitos, visando o desenvolvimento de um visualizador de dados geoespaciais voltado à apresentação de alguns imóveis da União extraídos dos sistemas SIAPA e SPIUNET da SPU. Tais imóveis foram apresentados espacialmente através de pontos geocodificados com base no endereçamento contido nos sistemas. A equipe trabalhou, ainda, no desenvolvimento de uma interface gráfica amigável ao usuário e de uma logomarca para os artefatos e produtos do projeto.

Foi definida a primeira versão da arquitetura e do ambiente de desenvolvimento; adquiridas as licenças de software necessárias ao projeto; definidas e instaladas as ferramentas de versionamento (GIT) e de gestão (RedMine).

O projeto foi dividido em pacotes de entregas (releases) e foram feitas reuniões técnicas de definição e detalhamento das atividades necessárias ao seu fechamento.

Iniciaram-se as reuniões de levantamento de requisitos com as partes interessadas para a definição e a construção do Modelo de Dados das Entidades Cartográficas da SPU, voltado à padronização do acervo cartográfico existente e das futuras aquisições.

- **Componente 2 – Produto 1: Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada.**

Para tratar da proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial, foi constituído, pela Portaria Conjunta SPU/STN nº452, de 31 de dezembro de 2013, um Grupo de Trabalho (GT) com membros da SPU e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), com o objetivo de elaborar estudos e apresentar soluções para viabilizar a adequação da contabilidade patrimonial, atualmente disciplinada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aos padrões internacionais.

Como resultado desta ação, no 2º semestre de 2014, o GT apresentou a proposta de novo modelo de contabilidade patrimonial, abrangendo as áreas de mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos

bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais. O modelo apresentado buscou disciplinar a forma adequada de classificação contábil dos bens imóveis da União, contemplando a análise quanto à depreciação dos ativos e à definição de procedimentos e critérios para a atualização sistemática dos valores com base no preço praticado no mercado.

A proposta foi apreciada pelos Secretários da SPU e STN, e teve sua aprovação constituída pela publicação da Portaria Conjunta nº 03, de 10 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de dezembro de 2014, Seção 1, página 172, que normatiza a nova metodologia de contabilidade patrimonial¹.

Apesar do esforço envolvido pelas equipes e do avanço na elaboração das metas físicas, não houve gasto financeiro com tal produto.

- **Componente 2 – Produto 4: Estratégia de racionalização da utilização dos imóveis destinados à APF implantada**

- **Implantação do Sistema Eletrônico de Requisição de Imóveis**

Durante os primeiro e segundo semestres de 2014, foi desenvolvido o SISREI - Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União - ferramenta de acesso via internet, que tem como objetivo aumentar a capacidade de gestão da Secretaria e agilizar o relacionamento com órgãos da Administração Pública e entidades sem fins lucrativos que buscam imóveis da União para desenvolver suas atividades.

O SISREI foi criado com o objetivo de dotar de maior celeridade e transparência os procedimentos de consulta e requerimento de imóveis da União, de racionalizar a utilização dos bens imobiliários da União, de possibilitar a avaliação sistemática de sua política de destinação e de elevar a capacidade de controle de sua demanda e das destinações para programas e ações governamentais.

O sistema centralizará informações de cadastramento, respostas e controle de consultas e requerimentos de imóveis da União efetuados por entes públicos, bem como por entidades sem fins lucrativos.

A partir do mês de setembro foi iniciada a capacitação dos servidores do Órgão Central e das Superintendências do Patrimônio da União na nova ferramenta, que funcionaram como piloto para identificar possíveis dificuldades em seu manuseio.

Em 18 de dezembro, o Ministério do Planejamento realizou cerimônia de lançamento do Sistema, onde foram assinadas pela Ministra Miriam Belchior e a Secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, a Portaria nº 457, que institui, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União – SISREI, e a Portaria nº 318, que regulamenta o seu uso e aplicação.

- **Componente 2 – Produto 7: Proposta de modelo de regularização de registro cartorial de bens imóveis da união consolidada**

Para tratar da proposta de modelo de regularização de registro cartorial de bens imóveis da União, foram realizadas, no primeiro semestre de 2014, as duas etapas da capacitação em Direito Imobiliário e Registral Aplicado aos Bens Públicos. O curso foi ministrado pela Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR), da Associação de Notários e Registradores do Brasil (ANOREG), atingindo um total de 30 servidores diretamente, e cerca 400 servidores capacitados através da disseminação do conhecimento nas Superintendências, nos primeiro e segundo semestres de 2014.

¹ Conforme Retificação publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 22 de dezembro de 2014, seção 1, página 26, a referida Portaria Conjunta foi publicada erroneamente como “Portaria Conjunta nº 703”, quando deveria ser “Portaria Conjunta nº 03”.

- **Componente 2 – Produto 8: Proposta de modelagem conceitual dos bens da União desenvolvida**

Para tratar da proposta de modelagem conceitual dos bens da União, foi planejada a contratação de consultoria especializada voltada ao reconhecimento e à classificação dos bens da União; à identificação das competências de gestão do patrimônio público federal; e à elaboração de uma proposta de modelo de cadastramento de dados referentes aos diferentes tipos de bens identificados. Nesse contexto, foi elaborada a minuta de um Termo de Cooperação entre a SPU e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com vistas a alavancar o apoio técnico ao projeto.

No segundo semestre de 2014, foram realizadas reuniões com a UFPE, voltadas ao alinhamento de expectativas quanto à parceria neste projeto e, devido à alocação da equipe da UCP em outras frentes de trabalho mais prementes, foi remanejado o cronograma desta ação, estando prevista a formalização do Termo de Cooperação para o ano de 2015.

- **Componente 3 – Produto 1: Plano de Gestão da Informação Patrimonial**

Para tratar do Plano de Gestão da Informação Patrimonial, foi celebrado, conforme citado na Componente 1 – Produto 1, o Termo de Cooperação nº 40/2013, de 27 de dezembro de 2013. A partir disso, e com a instituição do Comitê Gestor no primeiro semestre de 2014, iniciou-se a agenda de reuniões periódicas para a definição de ações estratégicas e táticas do projeto, bem como o acompanhamento de sua execução.

Com base nessas definições e com o respaldo técnico do Comitê Executivo do Projeto, a equipe de mão de obra temporária do Exército, aprovada no processo seletivo citado na Componente 1 – Produto 1, concluiu, no segundo semestre de 2014, a elaboração do Plano de Gestão da Informação Patrimonial, contendo as diretrizes, estratégias e ações voltadas à modernização da Gestão Patrimonial da SPU e impulsionando ações direcionadas à implantação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais como base desse processo.

Além de apresentar uma visão abrangente do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, com a descrição de seus projetos e os relacionamentos existentes entre eles, o Plano de Gestão da Informação Patrimonial é composto pelo Plano de Projeto do Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais da SPU, seu Documento de Arquitetura e Metodologia de Desenvolvimento de Software.

- **Componente 3 – Produto 2: Mapeamento de processo atualizado**

Para tratar do mapeamento de processo, foi contratada, no primeiro semestre de 2014, empresa especializada como suporte ao projeto “Mapeamento de processo” da SPU, gerando a Ata de Registro de Preços que se segue ao Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2014.

Foram realizadas reuniões de trabalho com a equipe gestora da Ata e equipe contratada, para dimensionamento dos trabalhos e alinhamento quanto à definição do escopo inicial da contratação. Em dezembro de 2014, foi assinado o Contrato Administrativo nº 121/2014 com a empresa TOTVS Consulting S/A., e elaborado o Plano de Execução dos Serviços. Assim, espera-se que o início efetivo dos trabalhos de mapeamento ocorra no primeiro semestre de 2015.

- **Componente 3 – Produto 5: Pontos de videoconferência implantados**

Devido a não evolução do processo de licitação de videoconferência conduzido pela Central de Compras ligada à Assessoria Especial para Modernização da Gestão (CENTRAL/ASEGE/MP), onde a SPU figurava como participante, a UCP buscou alternativas mais céleres para tal contratação.

Neste sentido, foi feita a adesão à Ata de Registro de Preço nº 50/2013, da Justiça Federal de 1º Grau do Estado do Ceará, que possui objeto compatível com as necessidades da SPU. A Aquisição da Solução de Videoconferência foi realizada através do Contrato SAMF-DF Nº 52/2014, Processo Ministério da Fazenda nº 10167.003755/2014-21, Processo Secretaria do Patrimônio da União nº 04905.001523/2013-63, Pregão Eletrônico nº 32/2013.

O referido contrato foi assinado na data de 15 de dezembro de 2014, e os equipamentos necessários para a implantação do projeto de videoconferência foram entregues em todas as Superintendências do Patrimônio da União e órgão Central. Espera-se a conclusão da implantação do projeto ainda no primeiro semestre de 2015, quando será feito o ateste final da solução implantada.

- **Gestão do Programa – Equipe da UCP**

O segundo semestre foi marcado pela consolidação da equipe da Unidade de Coordenação do PMG-SPU e o início do desenvolvimento dos produtos chaves para alavancar a execução do Programa.

Com o início do desenvolvimento dos produtos previstos, mais uma vez se evidenciou a defasagem do número de servidores alocados ao Programa em relação à suas metas. Assim, no âmbito das atividades de gestão do programa, espera-se que o primeiro semestre de 2015 seja pautado pela retomada das tratativas para o preenchimento das vagas já aprovadas para a UCP, mas ainda não preenchidas. Deverão ser retomados os entendimentos com a SEGEP/COGEP/MP, no intuito de viabilizar novo certame para seleção dos profissionais necessários à composição da UCP.

d. Metas físicas alcançadas

Conforme já informado em relatórios anteriores, a execução das atividades previstas para os dois primeiros anos do Programa sofreram impactos devido a fatores internos e externos à Unidade de Coordenação do Programa, o que culminou em uma baixa execução financeira e limitada execução física nesse período. Com isso, as metas físicas previstas para os exercícios de 2012 e 2013 foram replanejadas para exercícios posteriores.

Para o exercício de 2014, foi prevista a execução física dos seguintes projetos: Componente 2, Produto 1 - Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada; e Componente 3, Produto 1 - Plano de Gestão da Informação patrimonial implantado.

O quadro a seguir resume as metas estabelecidas para o presente exercício e o alcance obtido.

	Planejado	Executado
Componente 1		
-	0	0
Componente 2		
Produto 1 - Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada	1	1
Componente 3		
Produto 1 - Plano de Gestão da Informação patrimonial implantado	1	1

IV. Custos do Projeto

i) Planejamento original

Categorias de Investimento (em US\$)	US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	946.000,00	0	1.002.000,00
Gestão do Projeto	946.000,00	0	946.000,00
Auditoria	0	0	0
Avaliação Intermediária e Final	56.000,00	0	56.000,00
Sem alocação específica	91.000,00	111.000,00	202.000,00
Imprevistos	91.000,00	111.000,00	202.000,00
Custos Diretos	13.907.000,00	14.889.000,00	28.796.000,00
Componente I	5.275.000,00	5.926.000,00	11.201.000,00
Componente II	2.046.000,00	896.000,00	2.942.000,00
Componente III	6.586.000,00	8.067.000,00	14.653.000,00
Subtotais	15.000.000,00	15.000.000,00	30.000.000,00

ii) Valores Executados

Para permitir rastreabilidade entre os gastos financeiros do programa e o desenvolvimento dos produtos nele previstos, foram criados, no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, os Planos Internos de Projetos Externos (PIPE), conforme os componentes de investimentos definidos no acordo de empréstimo. A lógica proposta é que qualquer bem ou serviço contratado com recursos do PMGPU seja executado com base nesse PI registrado no SIAFI, que espelha o quadro de Custos e Financiamento do Contrato de Empréstimo.

a) Execução do PMGPU - Extração SIAFI:

A seguir apresentamos a extração SIAFI da execução, de acordo com a estrutura de Planos Internos:

Categorias de Investimento (em US\$)	US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0	76.104,53	76.104,53
Gestão do Projeto	0	76.104,53	76.104,53
Auditoria	0	0	0
Avaliação Intermediária e Final	0	0	0
Sem alocação específica	0	0	0
Imprevistos	0	0	0
Custos Diretos	201.274,10	143.281,95	344.556,05
Componente I	0	9.878,43	9.878,43
Componente II	0	103.721,54	103.721,54
Componente III	201.274,10	29.681,98	230.955,97
Subtotais	201.274,10	219.386,49	420.660,58

b) Execução do PMGPU - Apuração por desenvolvimento de produto/componente:

Analisando os gastos do Programa, verificamos que a proposta de classificação por Planos Internos tem se mostrado eficaz, principalmente pelo alto grau de rastreabilidade dado no momento de prestação de contas. No entanto, foram identificadas falhas na classificação do Plano Interno de algumas despesas, demandando sua reclassificação para que se possa alocar corretamente cada gasto ao seu respectivo produto desenvolvido.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar a tabela a seguir, com valores efetivamente gastos em cada produto, conforme demonstrado nas Notas Técnicas nºs 88/2015 e 197/2015, apresentadas junto à Justificativa de Gastos nº 002 :

Categorias de Investimento (em US\$)	US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0	78.248,43	78.248,43
Gestão do Projeto	0	78.248,43	78.248,43
Auditoria	0	0	0
Avaliação Intermediária e Final	0	0	0
Sem alocação específica	0	0	0
Imprevistos	0	0	0
Custos Diretos	201.274,10	141.138,06	342.412,16
Componente I	201.274,10	3.039,37	204.313,47
Componente II	0	108.416,71	108.416,71
Componente III	0	29.681,98	29.681,98
Subtotais	201.274,10	219.386,49	420.660,59

c) Execução do PMGPU – Delimitação dos Valores dos Saldos a Pagar para o exercício de 2015 - TC nº40:

Com relação aos recursos descentralizados mediante o Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, cujos empenhos não foram reclassificados pelos motivos anteriormente elencados, a Tabela abaixo demonstra a extensão dos limites dos valores que ainda persistirão registrados no PI 00161713300, quando o correto seria no PI 0016171200.

O saldo de R\$ 2.659.989,97 financiado pelo Banco deverá ser executado no exercício de 2015. Fazendo a estimativa do valor financiado pelo Banco em dólar, à taxa de cotação BACEN em 31/12/2014, temos um valor de US\$ 1.001.426,84. Trata-se de estimativa porque a conversão se dará apenas na data efetiva do gasto ou pagamento.

A tabela a seguir apresenta e delimita, também, os valores aportados, a título de Contrapartida Nacional, ao referido TC nº 40:

Fonte	Fonte nº	PI	Valor Empenhado	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar
BID	148001617	161713300	R\$ 2.846.817,80	R\$ 2.317.191,35	R\$ 2.659.989,97
BID	148001617	161713300	R\$ 453.182,20	R\$ 342.798,62	
Tesouro	2100001617	161713300	R\$ 7.110,00	R\$ 7.110,00	R\$ 508.756,64
Tesouro	2100001617	161713300	R\$ 149.745,74	R\$ 138.633,32	
Tesouro	2133001617	161713300	R\$ 13.246,92	R\$ 13.246,92	
Tesouro	2133001617	161713300	R\$ 349.766,40	R\$ 349.766,40	
			R\$ 3.819.869,06	R\$ 3.168.746,61	R\$ 3.168.746,61

Tabela Delimitação dos Valores dos Saldos a Pagar para o exercício de 2015 - TC nº40

iii) Recursos comprometidos:

- Contratação dos servidores em caráter temporário – estimativa de R\$ 500.000,00 anuais para custeio dos dois profissionais contratados (Fonte 2100 - contrapartida nacional).
- Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito do Acordo de Cooperação Técnica com o Exército Brasileiro – segunda parcela prevista para fevereiro/2015: R\$ 2.697.177,60, Fonte 2100 (contrapartida Nacional).
- Mapeamento de processo atualizado - R\$ 260.832,00 na Fonte 0148 (BID).
- Pontos de videoconferência - R\$ 1.809.839,00, sendo R\$ 125.400,00 na Fonte 2100 (contrapartida nacional), R\$ 313.500,00 (Fonte 2133) e R\$ 1.370.939,00 na Fonte 0148 (BID).
- Cartografia da SPU padronizada - Desenvolvimento do sistema de Catalogação de Metadados Geoespaciais – R\$ 131.328,40 – Fonte 0148 (BID).

V. Implementação do Programa

a. Análise dos Fatores Críticos e problemas detectados durante a execução

Os principais fatores de dificuldade encontrados na execução das atividades do PMG/SPU no período abrangido por este Relatório foram:

- Limitação dos recursos humanos disponíveis para a completa estruturação da Unidade de Coordenação do Programa.
- Necessidade de maior envolvimento das diversas áreas da SPU com o Programa.
- Afastamento da unidade de coordenação financeira da unidade de execução do programa.

b. Medidas Corretivas Adotadas

- Acompanhamento pela camada gestora do andamento do programa e deliberação sobre as principais contratações.

VI. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

A insuficiência de recursos humanos disponíveis para a Unidade de Coordenação do Programa permanece como ponto de atenção da SPU. A ausência de pessoal exclusivamente dedicado ao Programa torna lento o processo de construção de conteúdo técnico subsidiário às contratações previstas no Programa.

Nota-se, ainda, um retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas à contratação, ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira, também em função do escasso contingente de servidores disponíveis especificamente para atender às demandas do Programa.

b. Riscos Potenciais

Não viabilização, no curto prazo, de equipe para composição da UCP.

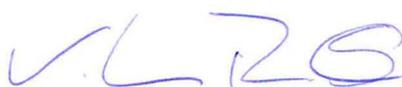
Atraso no cronograma inicialmente previsto de execução financeira e elaboração de produtos.

VII. Lições Aprendidas

VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

Requisito Contratual	Objeto	Documento de Apresentação	Periodicidade	Data Aprovação BID
5.01(b)	Relatórios semestrais de progresso 2014	Ofício nº1278 /2014-GAB/UCP-PMG/SPU	Semestral	24-Nov-2014

Brasília, 17 de abril de 2015.



VITOR REIS DA COSTA DA SILVA
Coordenador-Geral do Programa de Modernização
da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União



CASSANDRA MARONI NUNES
Secretária do Patrimônio da União